

**O jornalismo como revitalizador da esfera pública:  
a cobertura do Dia da Luta Antimanicomial de 2004 em Belo Horizonte<sup>1</sup>**

Adélia Barroso Fernandes<sup>2</sup>

Centro Universitário UNA

Resumo

O jornalismo tem um importante papel nas sociedades complexas atuais, especialmente conectando os fluxos comunicativos da esfera pública, relacionando o mundo da vida e o mundo sistêmico e dando visibilidade às forças emancipatórias da sociedade. Essa emancipação da sociedade é vista por Boaventura como a possibilidade dos cientistas sociais apoiarem-se no paradigma emergente, que sustenta a solidariedade, as identidades plurais e oferece saídas contra-hegemônicas. O exemplo é o Movimento Antimanicomial, que luta pelo fim dos manicômios, criação de atendimentos substitutivos, como postos de saúde, e reintegração do louco ao convívio social. Nesse caso, os jornais são instrumentos de visibilidade e de ampliação dos debates oriundos dos movimentos sociais e dos diversos campos da sociedade.

**Palavras-chave** – Jornalismo; esfera pública; movimentos sociais; Movimento Antimanicomial

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

<sup>22</sup> Jornalista formada pela UnB e Ms. em Comunicação pela UFMG. Professora e Coordenadora do curso de Jornalismo do Centro Universitário UNA, de Belo Horizonte. Trabalhos publicados e atividades docentes voltadas para a teoria do jornalismo e o papel do jornalismo na construção da cidadania e dos direitos humanos. [adelia.fernandes@uol.com.br](mailto:adelia.fernandes@uol.com.br)

## **1 Introdução**

Desde o advento da modernidade, a força econômica e o poder do Estado fazem-se presentes nas decisões que, direta ou indiretamente, afetam a vida de todos. Somente nos meados do século passado é que a sociedade civil começou a organizar-se mais fortemente para influenciar essas decisões e criar alternativas de modos de vida. Nas sociedades complexas atuais, os movimentos sociais têm desempenhado um papel decisivo na luta pela transformação das situações de desigualdades e de injustiças e para a apresentação de reivindicações mais humanistas, que, muitas vezes, colocam em discussão não apenas o modelo econômico excludente, mas a forma padronizada como a sociedade entende que seja o 'modo certo de viver'.

Essa luta de forças entre os argumentos advindos do Estado, da economia, e dos movimentos sociais dá-se nas diversas esferas públicas contemporâneas, base da democracia, com a presença da mídia, o que possibilita tanto uma visibilidade maior, como uma reflexividade mais acelerada nos processos de mudanças e de desenvolvimentos dos argumentos.

Apesar da força do mercado, especialmente com a globalização, e do poder do Estado, é possível acreditar em possibilidades de saídas alternativas e de construção de uma sociedade mais tolerante e igual? Como o jornalismo, participa dessa construção? Para verificarmos tais questões faremos uma abordagem teórica sobre esfera pública contemporânea, a sociedade civil e os movimentos sociais e analisaremos a cobertura jornalística do Dia de Luta Antimanicomial em Belo Horizonte, de 2004.

## **2 Modernidade e emancipação**

Na modernidade, houve um rompimento com os fundamentos místicos unificadores. Os homens passaram a basear suas relações e seu modo de entender os fenômenos numa ordem que surge dos próprios homens, e não mais de um suposto Deus, e essa ordem é questionada e alterada pela troca comunicativa contínua entre os seus pares. Não há mais uma unidade simbólica para as interpretações e cada esfera constrói seus conhecimentos a partir de critérios internos, aumentando a fragmentação nas sociedades modernas. Criam-se áreas do saber extremamente específicas, técnicas, especializadas e, cada vez mais, com uma linguagem inacessível ao homem comum

Também, a partir da criação do Estado de direito, as relações entre o Estado e a sociedade tornam-se pautadas nas leis, nas normas e nas sanções criadas pela sociedade para que a

autoridade do Estado democrático de direito possa ser estabelecida. O Estado não representa mais a vontade arbitrária de um rei, mas atua segundo o resultado consensual de grupos da sociedade sobre as diversas questões e seguindo normas burocráticas impessoais. Desse modo, o Estado moderno precisa permanentemente dar satisfações e contar com o apoio da opinião pública para legitimar suas ações.

A alteração que assistimos é, essencialmente de natureza cognitiva. Formou-se um domínio multivariado, livre, intenso e de fácil acesso, composto por repertórios de informação sobre a esfera política, sobre as questões de Estado e sobre o estado da opinião pública, um domínio que funciona como uma grande cena da qual toda a cidadania pode se tornar espectadora e consumidora, a esfera de visibilidade pública política (Gomes, 2004, p.113).

A economia capitalista é colocada, na modernidade, como uma alternativa para o desenvolvimento incessante e para o aumento da produção de bens e de oportunidades para os indivíduos. No entanto, o capitalismo apresenta-se hoje como único modelo econômico hegemônico e as leis de mercado têm que ser atendidas, mesmo que isso coloque em risco o bem estar social. Conhecemos o reverso cruel do capitalismo e da atual globalização: o aumento da pobreza nos países periféricos e a concentração de riquezas em mãos de poucos.

Quando o liberalismo oitocentista transformou a idéia moderna de progresso na idéia de uma contínua e infinita repetição da sociedade burguesa, criou aquilo a que poderia chamar-se o dilema do futuro: todos os futuros seriam possíveis desde que estivessem contidos num mesmo futuro capitalista (Boaventura, 2000, p.175).

Se a criação do Estado de bem estar social conteve o avanço da lógica econômica sobre os direitos sociais, parece que agora os Estados também estão a serviço do dinheiro.

A revogação do compromisso com o Estado social tem evidentemente como consequência a irrupção renovada das tendências de crise que ele havia contido. Surgem custos sociais que ameaçam exigir demais da capacidade de integração de uma sociedade liberal. São indubitáveis os indicadores de aumento de pobreza e de insegurança social devido ao crescimento de disparidades salariais, e também são inegáveis as tendências de desintegração social (Habermas, 2001, p. 66).

Dessa forma, nas sociedades complexas atuais, temos as forças econômicas (o lucro, a produtividade e a razão instrumental como valores máximos) e o poder do Estado ( a burocracia, a ordem e as normas) direcionando as relações sociais. Vários estudiosos das ciências humanas

analisam o impacto colonizador das estruturas do mercado e do Estado na vida social, como a família e a cultura, e apontam para diagnósticos sem saídas. No entanto, autores como Habermas, Boaventura, Sérgio Costa, Rousiley Maia, Litz Vieira, entre outros, procuram entender as mudanças provocadas pelas forças sociais nas estruturas consideradas blindadas da esfera da economia e das decisões políticas administrativas.

Nas análises de Habermas (1995; 1997; 1989; 2001) sobre o papel da comunicação e da esfera pública nas sociedades modernas é possível vislumbrar um prognóstico social mais otimista, já que o enfoque é dado aos processos emancipatórios da sociedade civil, que vêm forçando transformações nos padrões hegemônicos tanto da distribuição das riquezas, como dos estatutos legais e até do próprio padrão cultural da sociedade.

O autor distingue o mundo sistêmico, compreendido pela economia e pelo aparato estatal, do mundo da vida, constituído pela esfera da vida privada e associativa. Esses dois universos têm formas distintas de comunicação e são interligados pelas esferas públicas plurais contemporâneas.

O mundo sistêmico é pautado pela lógica instrumental, pelas relações impessoais, pela busca de resultados que atendam o bom desempenho administrativo e técnico do Estado e o lucro e a produtividade do mercado. Os indivíduos se relacionam no mundo sistêmico pela lógica do consumo de bens e serviços e pela venda da força de trabalho, quando se trata do mercado, e pela lógica do clientelismo (impostos) e da cidadania política (votos e apoio à decisões políticas) quando se trata da relação com o Estado. Segundo Habermas (1989), o mundo sistêmico privilegia a comunicação para o sucesso e é o lugar em que a coordenação de ação prescinde da coordenação de linguagem.

Já o mundo da vida guarda as tradições, a cultura e a linguagem, que tornam a vida humana possível de ser compreendida como natural. O mundo da vida é formado pela coordenação da ação através da comunicação, da linguagem, com sujeitos em interação. Essa linguagem tem estruturas consensuais, um substrato comum, que permite com que os sujeitos possam convencer os outros com argumentos plausíveis e buscar um consenso. Segundo Habermas (1989), no mundo da vida predomina o agir comunicativo orientado para o entendimento mútuo, em que a comunicação leva a uma busca de acordos.

É no mundo da vida que brotam as demandas dos sujeitos por um mundo melhor, por alternativas de vida, por formas mais concretas de atendimento às necessidades, tanto materiais quanto morais. A partir das experiências, construídas pela comunicação, os indivíduos associam-se e passam a apresentar numa esfera pública mais ampla aquilo que consideram como justo e

lutam para modificar o panorama social. Há um espaço, engendrado no mundo da vida, para a emancipação dos sujeitos, para o fortalecimento dos laços de solidariedade e das construções das identidades plurais. A dimensão do mundo da vida resiste à intervenção do Estado e do mercado.

Boaventura (2000; 2003) também entende que há uma tensão entre o mercado e o Estado, com suas forças de regulação de um lado, e a sociedade, com sua força de emancipação de outro lado. O autor apresenta a sociologia da emergência como uma ferramenta para análise dos fenômenos contra hegemônicos, especialmente os criados nos países periféricos. O paradigma emergente quer transformar o poder em autoridade partilhada, o direito despótico em direito democrático e o conhecimento a serviço da regulação econômica em conhecimento para emancipações. Boaventura acredita na força emancipatória que surge das experiências dos sujeitos, das associações, das saídas criativas daqueles que vivem à margem, na fronteira. Segundo o autor, no processo de regulação da modernidade, a comunidade foi a que mais resistiu e é preciso que os cientistas sociais rompam com o paradigma da modernidade, especialmente o da neutralidade, e assumam um conhecimento com uma ação direcionada, estimulando as instituições de emancipação, criando novos campos de conhecimento, mais descentralizados e mais democráticos.

### **3 Do debate à ação: esfera pública política e a sociedade civil**

Essa tensão permanente entre Estado, economia e sociedade aparece na esfera pública, que interconecta a vida privada, as experiências cotidianas, os apelos por justiça e distribuição das oportunidades, aos centros do poder do Estado e do poder econômico e vice e versa. Os processos comunicativos da esfera pública ligam os problemas do cotidiano dos homens comuns ao mundo sistêmico e aos centros de decisão política, e tornam visíveis aos cidadãos comuns as decisões do mundo sistêmico e das esferas funcionais, que vão alterar sua vida cotidiana.

A esfera pública, construída por uma rede de comunicação livre e aberta, permite a participação de todos os concernidos e não apenas da “elite” política “preparada” para o debate. Essa ampliação para a entrada de novos atores sociais, especialmente dada pela comunicação de massa e pelo advento dos novos movimentos sociais na cena pública, torna aberto o destino da sociedade, possibilita que questões possam sempre ser retomadas e que novos elementos para o debate possam aparecer e ser considerados. Com o advento da modernidade, a tradição e a história dos homens estão sempre em construção, podendo ser discutidos e perseguidos através de uma crítica permanente, numa atitude reflexiva.

É nesse espaço, possibilitado pela comunicação, que sujeitos vão colocar seus pontos de vista, suas experiências e perspectivas do que acha justo e tentar convencer os outros da validade de seus propósitos.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (Habermas, 1997, p. 92).

Dessa maneira, a comunicação entre os homens, seja intermediado por aparatos tecnológicos ou não, adquire um valor central na constituição do espaço público. A esfera pública é a arena discursiva, livre, aberta a participação e reconhecimento do outro como igual no direito de uso da palavra, lugar onde as interpretações serão negociadas comparativamente (Habermas, 1997).

A esfera pública é uma instância coletiva de deliberação, onde os sujeitos podem refletir, ponderar e avaliar as razões apresentadas sobre uma determinada questão. A deliberação pressupõe a presença do outro, o debate, o esclarecimento das diferenças, dos conflitos, a busca por um acordo que seja válido e justo para todos. Para Maia (2003), a deliberação é um processo argumentativo, o intercâmbio de razões feito em público e ajuda a distinguir as reivindicações particulares, egoístas, daquelas comprometidas coletivamente. A autora lembra que os atores coletivos (membros de movimentos sociais, por exemplo), têm mais chances de participar dos processos de deliberação, pois têm habilidades cognitivas, oportunidades de aprendizagem, escrutínio crítico e motivação para a ação. “Produzir um proferimento racional significa oferecer razões que motivam as ações, as recomendações ou os comandos, de tal modo a explicá-los aos outros, por meio do discurso, num esforço de torná-los compartilhados e reconhecidos” (Maia e Fernandes, 2002, p.158).

É desse esforço de tornar o mundo comum visível e operar mudanças mais concretas, que surgiu a sociedade civil, contrapondo-se ao Estado e ao mercado. Para Vieira (1999), o conceito de sociedade civil aparece para diferenciar Estado e mercado, direito privado e direito público, relacionar os indivíduos sem a intermediação do Estado e reconhecer as instituições que estão entre os indivíduos e o Estado. Além disso, o conceito de sociedade civil revigora a importância da reconstrução da solidariedade.

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações livre, não estatais e não econômicas, as quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esfera privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de

solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. (Habermas, 1997, p.99).

A esfera pública política, centros de influência e de informações, onde são processadas as decisões políticas em forma de normas, de leis, não é totalmente autônoma, segundo Habermas (1997, p. 97). Ela sofre influências, especialmente dos movimentos e atores críticos e capta e tematiza os problemas da sociedade como um todo e se forma “a partir de contextos comunicacionais das pessoas virtualmente atingidas”. A esfera pública política destaca-se como um espaço intermediária entre, as organizações da sociedade, as esferas funcionais e os centros de decisões políticas. A esfera pública política é o lugar para onde convergem os debates oriundos da administração estatal, do mercado, dos subsistemas funcionais e do mundo da vida.

Na esfera pública política, a sociedade civil tenta influenciar nos meios e no modos de produção das decisões políticas, além da legitimidade representativa dada pelo voto de tempos em tempos. Na esfera pública política, a sociedade civil aparece com argumentos sustentados a partir de conhecimentos e valores, que, dificilmente, se deixam apanhar por ‘jogos’ da política, como a barganha.

A sociedade civil, segundo Vieira (1999), ocupa um lugar fundamental para a expansão da democracia, mostrando o local onde há uma resistência à lógica do mercado e do Estado. A sociedade civil não quer o controle do poder, mas tentar influenciar as instâncias do poder e a esfera pública geral. A sociedade civil busca traduzir as experiências privadas em apelos políticos válidos e discutíveis na esfera pública mais geral, capaz de modificar as decisões tomadas nos centros do poder. A sociedade civil, de certa maneira, institucionaliza, através de suas diversas organizações e atores críticos, os fluxos comunicativos dispersos do mundo da vida. “os novos conflitos não se desencadeiam em torno dos problemas de distribuição, mas em torno de questões relativas à gramática das formas de vida” (Habermas, 1995, p. 556).

Os grupos cívicos são vistos como atores que agem tanto para modificar os modos de perceber e interpretar os problemas sociais quanto para articular projetos alternativos de políticas públicas, propagando, em outros grupos da população, o interesse em suas causas ou questões (Maia, 2003, p. 11).

Um exemplo de como a sociedade civil e seus atores coletivos podem organizar-se, estão os movimentos sociais. Eles lutam por aquilo que consideram mais justo, apresentando novos padrões de aceitação cultural, de formação de identidade e de distribuição das riquezas. É bom

lembrar, que as relações entre a esfera pública, a sociedade civil, o mundo da vida e o mundo sistêmico são sempre reflexivas, dinâmicas, umas influenciando as outras.

Os movimentos sociais têm um papel fundamental, qual seja, o de traduzir os anseios, as queixas e necessidades dos sujeitos em suas vidas privada e íntima, para a esfera pública, para o mundo sistêmico, para o universo dos especialistas. Por outro lado, os movimentos sociais interpretam as decisões dos especialistas do Estado e do mercado, que afetarão a vida das pessoas.

Segundo Meksenas (2002, p.147), os movimentos sociais representam a emancipação contra o estabelecimento da regulação. O conflito, apresentado pelos movimentos sociais, “se constitui na disputa entre atores sobre algo que lhes é comum, assumindo a forma das condutas coletivas [...]”. Para Maia (2003, p. 27) “Apenas quando convicções comuns emergem os cidadãos podem agir em concerto, desenvolvendo uma perspectiva autocrítica e auto-reflexiva, traduzindo suas experiências do particular para o geral, do institucional pra o civil e vice-versa”. Os movimentos sociais processam as questões para serem apresentadas à sociedade.

Os movimentos sociais são a expressão da ação coletiva das pessoas envolvidas num tema, politizando os argumentos, mostrando as injustiças. O movimento provoca debates a curto e a longo prazo, apresentando razões que podem ser sustentadas por um longo período ou não e que podem ser aperfeiçoadas. Nesse sentido, os movimentos sociais servem como espaço de teste para os atores sociais, já que ao apresentarem suas questões e seus argumentos ainda de forma ‘rudimentar’, esses argumentos serão contrapostos a outros e se tornarão mais fortalecidos ou perderão sua capacidade de defesa em público. Os movimentos sociais tornam as demandas e necessidades do mundo da vida em propostas defensáveis no espaço público e no confronto com o mundo sistêmico.

Porém, essa influência pública e política tem que passar antes pelo filtro dos processos institucionalizados da forma democrática da opinião e da vontade, transformar-se em poder comunicativo e infiltrar-se numa legislação legítima, antes que a opinião pública, concretamente generalizada, possa se transformar numa convicção testada sob o ponto de vista da generalização de interesses e capaz de legitimar decisões políticas (Habermas, 1997, p.105)

Os movimentos sociais contribuem para aumentar as deliberações nos espaços públicos, entendendo a deliberação como troca de razões em público, debate no qual as pessoas envolvidas no tema apresentam seus argumentos e seus pontos de vista motivadas a ver esse debate interferindo nos resultados. Nos processos de deliberação a sociedade civil e as pessoas se



mobilizam gerando um poder comunitário (mobilização e convergência das questões) e educativo (as pessoas aprendem a atuar politicamente), aperfeiçoando os resultados das decisões políticas, tornando as decisões políticas mais justas. “[...] esses atores coletivos desenvolvem diversos elementos – habilidades cognitivas, oportunidades de aprendizagem, escrutínio crítico e motivação para a ação - que os capacita a superar as desigualdades deliberativas” (Maia, 2003, p. 25).

Outra contribuição importante dos movimentos sociais, nesse momento de globalização, é sua capacidade de criar esferas públicas transnacionais. Alguns dilemas apresentados pelos movimentos locais são fortalecidos por lutas e conquistas realizadas em outros locais do planeta ( por exemplo, a Luta Antimanicomial surgiu na Itália e influenciou ativistas do mundo inteiro). Se por um lado, as críticas ao modelo globalizante excludente são extremamente pertinentes, por outro, alguns autores salientam a diversidade que os processos de globalização, especialmente dados pelos meios de comunicação, têm dado aos grupos locais.

A sociedade civil global não é um paraíso de liberdade desterritorializada, solidariedade, preocupação ecológica ou tolerância pluralista. Mas pode ser o espaço para civilizar e superar as estruturas/processos/ideologias capitalistas, estatistas, tecnocráticas, etc. É antes um habitat que deve ser construído contínua e coletivamente, do que uma estrutura já existente e representada, ainda imperfeitamente, pelos movimentos sociais internacionais. (Vieira, 1999,p.112).

Para Sérgio Costa (2002), há ainda muitos impasses na construção de uma esfera pública pós-nacional, mas os movimentos sociais da sociedade civil já desenham um panorama que transcende os espaços geográficos. “Verifica-se aqui efetivamente a circulação de temas e argumentos relacionados com a equidade de gênero, direitos humanos ou proteção ambiental, de forma simultânea, em contextos nacionais diversos.” (Costa, 2002, p.163).

A globalização representa, segundo Boaventura, a aceleração dos processos de mercado, o enfraquecimento dos Estados e a dominação do em todos os níveis da vida social. Além disso, a autor ressalta o enfraquecimento dos sindicatos, aumento da pobreza, da exclusão, populismo e clientelismo político. Mas, paradoxalmente surgem alianças de solidariedade, a sociedade civil está se ampliando em movimentos, ongs, etc. As comunidades têm-se revelado como os novos eixos de emancipação e solidariedade, justamente onde a comunicação é validada pela experiência.

Habermas (2001) discute inclusive a pressão que uma esfera pública mais global pode fazer para tornar algumas questões, como, por exemplo, as relacionadas a direitos humanos,

serem tratadas para além das barreiras territoriais, ou serem normatizadas nos países a partir de uma concepção mais global do que seja direitos humanos.

#### **4 A questão da loucura nos jornais**

Nesse contexto plural de movimentos sociais e esferas públicas, a mídia, tem um papel extremamente importante como arena de grande visibilidade dos inúmeros conflitos e propostas da sociedade contemporânea. A mídia, para Maia (2003, p. 16) funciona como uma importante instituição para pré-estruturação da esfera pública, pois, em primeiro lugar, a mídia cria uma audiência peculiar, com um público difuso, diversificado e potencialmente ilimitado, não simultâneo de ouvintes, telespectadores e leitores. Em segundo lugar, a mídia produz um volume informativo altamente denso e diversificado, impossibilitando a determinação de como os receptores vão adquirir e utilizar os bens simbólicos mediados.

Nesse aspecto, Pipa Norris (2000) considera que o conhecimento prático da vida diária influencia as pessoas nas tomadas de decisões políticas, no entanto, a mídia, ao trazer conhecimentos sobre assuntos diversos, leves ou diretamente ligados à política e aos governos, também contribui para que os sujeitos exijam seus direitos e atuem politicamente. Segundo Norris (2000), todos os assuntos são importantes e cabe aos cidadãos, com suas habilidades cognitivas, selecionar aqueles mais relevantes para sua vida cotidiana e sua atuação política. Certamente, atores coletivos ou pessoas interessadas nos assuntos públicos usam a mídia com propósitos mais objetivos.

O jornalismo, em especial, apresenta-se como um fórum de debate pluralista, garantindo a existência, numa esfera pública mais ampliada, de idéias e de movimentos os mais diversos. Através do jornalismo, as questões saem dos pequenos círculos e alcançam outros grupos e sujeitos, acionando dessa forma, novos debates.

Além disso, nas democracias modernas, o jornalismo tem o papel de quarto poder, vigilante das ações do Estado e do mercado (Traquina, 2001). Os jornais provocam a prestação de contas, aumentam a responsabilização pública, trazem à tona o processo de *accountability*. Diante dos jornalistas, os representantes são constrangidos a dar respostas e explicações a seus representados. (Maia, 2004a).

A mídia pode tornar-se mais do que um espaço de visibilidade, mas também uma instância de deliberação. Somente quando as intenções ou planos são conhecidos é que podem gerar processo de diálogo e troca de razões na busca de soluções para os problemas. Com a

publicidade, os participantes do debate são convocados, permanentemente, a sustentar e justificar suas proposições em público, aperfeiçoando assim os critérios de deliberação. (Maia, 2003, p. 13).

Desse modo, os movimentos sociais começam a preocupar-se em entender os mecanismos do jornalismo e assim, furar o esquema empresarial colocado nos grandes jornais e oferecer um acontecimento com valor de notícia. Essas estratégias dos movimentos, que escolhem datas comemorativas, facilitam a cobertura jornalística, orientam seus atores para falar aos jornalistas, oferecem material de pesquisa às redações, promovem eventos, etc, têm sido frutíferas.

Para analisarmos o papel do jornalismo como, espaço de visibilidade dos discursos da sociedade civil e do Estado e de prestação de contas daqueles que têm cargos como representantes, vamos analisar a cobertura dos quatro jornais de Belo Horizonte do evento público do Movimento Antimanicomial, o Dia da Luta Antimanicomial, no dia 18 de maio de 2004.

Os quatro jornais de Belo Horizonte fizeram uma boa cobertura da passeata, nas edições do dia 19 de maio de 2004. Os jornais Hoje em Dia, O Tempo e o Estado de Minas trouxeram chamadas de primeira página, com fotos coloridas e textos curtos. O Diário da Tarde não trouxe chamada em primeira página, apenas uma matéria interna. Nessas chamadas de primeira página, os jornais destacam a segregação hospitalar, o objetivo do Movimento em desativar os hospitais psiquiátricos, a necessidade de criação de atendimentos substitutivos, o abandono dos doentes e o uso de drogas ilícitas (maconha, cocaína) nos sanatórios de Minas Gerais.

Em suas matérias internas, os jornais deram muito espaço ao evento, que ocupou mais de meia página, com exceção de O Tempo, que fez uma matéria pequena. Os títulos foram:

**O Tempo** - *Dia de luta antimanicomial leva 2.000 pessoas ao centro de BH.*

**Hoje em Dia** - *Saúde mental enfrenta estado precário*

Bigode ( espécie chamada que fica acima do título): *DENÚNCIA - Especialista diz que os portadores de deficiência mental estão abandonados, ociosos e em completo descuido.*

**Estado de Minas** - *Socorro para a psiquiatria.*

Bigode: *Ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências poderão ser chamadas para assistir a pacientes durante crises, e centros de referência passarão a funcionar dia e noite.*

**Diário da Tarde** – *Pela ótica da liberdade*

Bigode: *Luta Antimanicomial – Familiares, usuários e especialistas dos serviços*

*substitutivos aos manicômios participam de desfile no Centro de BH*

Além de ressaltar a participação de 2 mil pessoas no evento e explicar do que se trata, os títulos apontam para dois discursos: como está a saúde mental (problemas) e as promessas do Estado para resolver alguns desses problemas.

Podemos verificar nas matérias o aparecimento de vários argumentos advindos do Movimento Antimanicomial e do Estado, principal interlocutor do Movimento, já que cabe ao Estado implementar novas políticas de atendimento aos portadores de sofrimento mental. As principais reivindicações encontradas foram:

- Atendimento dos casos urgentes através de ambulâncias – o portador de doença mental também deve ter o direito de atendimento por ambulâncias ( e não mais por carros da polícia ou carros particulares).
- Ampliação da rede de atendimento substitutivo (Centros de Referência ou Centro de Atendimento Psicossocial).
- Ampliação dos horários de atendimento nos Centros de Referência.
- Treinar as equipes médicas que prestam socorro nas ambulâncias da prefeitura e no programa Saúde da família, para que possam identificar e atender melhor os casos de doenças mentais.
- Diminuir os períodos de internação, apenas para os dias de crise.
- Tratamento mais digno.
- Desospitalizar os doentes mentais.
- Criar mais lares abrigados, pois muitos pacientes perderam contato com suas famílias.
- Estimular a reintegração através de oficinas profissionalizantes, que coloquem os doentes mentais no mercado de trabalho.
- Apoiar as famílias que receberem seus parentes com doença mental.
- Incluir o doente mental na vida social, respeitando suas diferenças.

Com exceção da última reivindicação, todas as outras estão ligadas diretamente a ações efetivas do Estado. Desse modo, o Movimento Antimanicomial faz uma pressão direta nos representantes das secretarias de saúde, tanto estadual, como municipal, nos gerentes dos serviços de atendimento substitutivo e nos diretores dos hospitais psiquiátricos, ainda em funcionamento.

Se por um lado, os jornais apresentam as reivindicações do Movimento, por outro, no mesmo espaço, os representantes do Estado tratam de apoiar e justificar a morosidade no atendimento dessas exigências. Vemos um processo de *accountability* se desenvolvendo no momento mesmo do evento, que contou com a presença de autoridades da área da saúde.

As autoridades apresentam os números atuais e suas metas de ação: Minas Gerais tem 20 hospitais psiquiátricos (4 em Belo Horizonte) e 3.500 pessoas internadas, sendo que dessas, 3270 são do SUS. Há dez anos atrás haviam 6.300 leitos no estado. A meta do estado é desativar 200 leitos, ainda em 2004. No estado de Minas Gerais são 69 centros de atendimento substitutivo. O governo mineiro fala em aumentar para 192 até 2007. A capital possui nove Cersans. Todas as unidades ficarão abertas 24h para atendimentos de urgência, até o fim de 2004. Há apenas 12 leitos psiquiátricos nas redes de atendimento substitutivo, que passarão para 50 leitos com atendimento 24h, até 2006. A partir de agosto, as ambulâncias da prefeitura de BH atenderão pacientes psiquiátricos e as equipes médicas receberão treinamento.

Além desse esclarecimento público feito pelas autoridades aos jornais, a Secretaria Estadual de Saúde Mental encaminhará ao Ministério da Saúde um relatório sobre as condições no atendimento aos pacientes internados nos 20 hospitais psiquiátricos de Minas Gerais. Segundo a Coordenadora Estadual Interina de Saúde Mental, Marta Elizabete, “A situação continua precária: são doentes abandonados, ociosos, em completo descuido” (Hoje em Dia, 19/05/2004). Interessante, é que a própria secretaria que poderia resolver os problemas, faz a denúncia.

Segundo Mark Napali, coordenador do Fórum Mineiro de Saúde Mental, a desospitalização não pode ser desassistida. “Projetamos o fim dos hospitais tão logo nos tornemos auto-suficientes em relação à internação, o que ocorrerá com o crescimento dos serviços substitutos” (Diário da Tarde, 19/05/2004). Essa fala revela que há, pelo menos em Minas Gerais e em Belo Horizonte, certa fusão, e certa confusão, entre o Movimento Antimanicomial e o Estado. O representante do movimento explica a permanência dos leitos psiquiátricos, ao invés de cobrar rapidez no processo. Alguns membros do Movimento Antimanicomial assumiram cargos públicos na capital e no governo do estado, fato que está gerando discussões e divisões no Movimento.

Quanto à presença de atores sociais na matéria, há uma predominância de fontes autorizadas, institucionalizadas. As fontes citadas são ligadas à secretaria estadual e municipal de saúde, diretor de hospital psiquiátrico, gerente de Cersam, representante do Movimento Antimanicomial de Minas Gerais, portadores de sofrimento mental e um familiar de portador de

sofrimento mental. No entanto, todos os argumentos e dados foram passados pelos representantes do Estado. As falas dos doentes mentais apenas corroboraram as informações. Sobre a desativação progressiva dos hospitais, por exemplo, aparece: “O usuário Rodrigo Alberto Marques, 37 anos, pensa da mesma forma. “Em algumas situações, o hospital é necessário” (Diário da Tarde, 19/05/04).

## **5 Conclusão ou mais perguntas**

Nas sociedades complexas atuais, o modelo proposto por Habermas de esfera pública relacionando o mundo da vida e o mundo sistêmico, através de fluxos comunicativos, opera de forma a valorizar as forças emancipatórias da sociedade, que é oprimida pela economia e pelo Estado. Além disso, a esfera pública é o lugar da tradução da linguagem dos especialistas numa linguagem acessível ao cidadão comum, e vice e versa, para que possa haver uma interlocução e troca de argumentos. Essa emancipação da sociedade é vista por Boaventura como a possibilidade dos cientistas sociais apoiarem-se no paradigma emergente, que sustenta a solidariedade, as identidades plurais e oferece saídas contra-hegemônicas.

A esfera pública política, lugar onde as interpretações são negociadas, torna-se o ponto de encontro para a deliberação. Nesse sentido, as razões, os argumentos, a busca por acordos farão com que os conflitos apareçam. Nesse processo argumentativo, os apelos meramente individuais tendem a perder força, e os apelos coletivos são cada vez mais apurados.

A sociedade civil e seus movimentos sociais organizam-se para participar e influenciar nas decisões que afetarão a vida de seus membros. Além disso, os movimentos sociais fazem uma ligação entre o mundo da vida e o mundo sistêmico e buscam alterações concretas no modo como a sociedade mantém seus padrões hegemônicos de aceitação. No caso do Movimento Antimanicomial, a luta é pelo fim dos manicômios, a criação de atendimentos substitutivos, como postos de saúde, e a reintegração do louco ao convívio social. A maior parte das reivindicações, para ser efetivada, precisa de atuações decisivas do Estado.

Os jornais são hoje importantes instrumentos de visibilidade e de ampliação dos debates oriundos dos movimentos sociais e dos diversos campos da sociedade. O jornalismo também se tornou, nas democracias modernas, espaço de cobrança das responsabilidades dos governantes.

É interessante perceber, mesmo numa cobertura episódica do Dia da Luta Antimanicomial, a visibilidade dos conflitos estabelecidos entre as demandas do movimento e os obstáculos operacionais (dados pela burocracia e pela falta de dinheiro do Estado). Para satisfazer a obrigação de dar explicações, os representantes do Estado apoiam as reivindicações

do Movimento e até oferecem denúncias, mas adiam as ações mais concretas e que envolvem investimentos financeiros. Por outro lado, curiosamente, até mesmo um membro do Movimento parece concordar com o Estado e sugere o protelamento daquilo que é o cerne da questão: o fechamento definitivo dos manicômios. É interessante perceber, nessas matérias, a migração de vários militantes do Movimento para cargos públicos. Até que ponto esse imbricamento entre o Movimento e o Estado está modificando as estratégias para alcançar-se os objetivos principais do Movimento Antimanicomial?

De qualquer maneira, no Dia de Luta Antimanicomial, Movimento consegue levantar para um público mais ampliado a causa e preparar a sociedade para o inevitável: os loucos vão voltar para a sociedade. *“Apreciadora de teatro, a usuária Érica Silva, 29 anos, não perdeu a oportunidade de ser o foco das atenções na avenida. ‘Adoro eventos como este’. A mãe dela manda um recado para todos. ‘Não exclua o portador, inclua’, diz, sorrindo, Ieda Lúcia de Oliveira. (Diário da Tarde, 19/05/04).*

### **Referências bibliográficas**

COSTA, Sérgio. As cores de Ercília. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GOMES, Wilson. Transformação da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa, II. Crítica de la razón funcionalista. Buenos Aires: Taurus humanidades, 1995.

\_\_\_\_\_. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. Direito e Democracia: entre a facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. V II.

\_\_\_\_\_. A constelação pós-nacioanal. São Paulo: Littera, 2001.

MAIA, Rousiley C. M.; FERNANDES, Adélia Barroso. O Movimento Antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS. Volume 17, Número 48. Bauru, SP: editora Edusp, 2002.

MAIA, Rousiley C. M. Dos dilemas da visibilidade mediática para a deliberação política. In: LEMOS, André (org). Mídia ,br, Livro da XII Compós. Porto Alegre: Sulinas, 2004<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_. Visibilidade e “accountability”: o evento do ônibus 174. Texto apresentado na COMPÓS de 2004b. Mimeo.

MEKSENAS, Paulo. Cidadania, poder e comunicação. São Paulo: Cortez, 2002.

NORRIS, Pippa. A Virtuous Circle. Political communications in postindustrial societies. Cambridge: University Press, 2000. Cap. 10.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. The World Social Forum: Toward a counter-hegemonic globalization. [www.ces.fe.uc.pt/bss/documentos/wsf.pdf](http://www.ces.fe.uc.pt/bss/documentos/wsf.pdf)

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

VIEIRA, Litz. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: Record, 1999.